

ser crônica, romance ou a coluna propriamente dita. O folhetim dramático era uma revisão semanal dos espetáculos teatrais, na qual se apresentava um resumo da peça e considerações sobre encenação, performance dos atores, acolhida do público etc. Ver para o assunto Meyer (1996).

- 11 Pateadas era o nome dado ao ato de bater com os pés no chão quando as representações desagradavam ao público. A série de folhetins intitulada “Ao Correr da Pena”, publicada no *Correio Mercantil* entre setembro de 1854 e outubro de 1855 está repleta de observações sobre o assunto.
- 12 Até o final do século, os jornais de maior circulação na Corte continuaram a trazer notícias em relação às manifestações exaltadas do público, que iam desde as vaias e assobios até pequenos distúrbios ou incidentes mais graves, envolvendo facadas. Na mesma proporção, proliferaram as notas publicadas por espectadores revoltados com a atuação da polícia em tais ocasiões, quase sempre considerada exagerada e extremamente severa.

REFERÊNCIAS

- CANO, J. *O Fardo dos Homens de Letras: o órbe literário” e a construção do império no Brasil*. Tese (Doutorado). Universidade de Campina/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001.
- HOLLOWAY, T. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- MASLAN, S. “Resisting Representation: theater and democracy in Revolutionary France”. *Representations*. n. 52, 1995, p. 25-51.
- MEYER, M. *Folhetim, uma história*. São Paulo: Companhia as letras, 1996.
- PRADO, D. de A. *Teatro de Anchieta a Alencar*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- SEIDLER, C. S. *Dez anos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1976.
- SENETT, R. *O Delírio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, s/d.
- SOUZA, S. C. M. de. *As noites do ginásio: teatro e tensões culturais na Corte – 1832/1868*. Campinas: Unicamp, 2002.
- SOUZA, J.G. de. *O Teatro no Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1960.
- VENTURA, Dayse. *Quem Ri Consente: a construção da sociedade imperial no riso de Martins Pena*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

A ‘CRISE’ DA HISTÓRIA E OS DILEMAS DA REPRESENTAÇÃO

Henrique Espada Lima

Universidade Federal de Santa Catarina

“115. Quem tentasse duvidar de tudo, não iria tão longe como se duvidasse de qualquer coisa. O próprio jogo da dúvida pressupõe a certeza.” (WITTGENSTEIN, 1990, p. 45-6).

“Quando eu uso uma palavra – disse Humpty Dumpty num tom bastante desdenhoso – ela significa exatamente o que quero que signifique: nem mais nem menos.

A questão é – disse Alice – se pode fazer as palavras significarem tantas coisas diferentes. A questão – disse Humpty Dumpty – é saber quem vai mandar, só isto” (CARROL, 2002, p. 204).”

A crise de certezas parece ser uma das chaves por meio das quais, com mais constância, vários comentaristas vêm propondo ler o panorama das discussões teóricas no campo da história e das ciências sociais nos últimos anos (FALCON, 1998, p. 9; CHARTIER, 1998; APPLEBY; HUNT; JACOB, 1995; CHARLE, 1993; BOUTIER; JULIA, 1998). O diagnóstico traz, com frequência, uma proposta de solução. Assim, o estado atual das ciências humanas seria definido, de acordo com cada versão, pela sua condição “pós-moderna” marcada por sua vez por uma “virada cultural”, uma “virada lingüística”, uma “virada interpretativa e pragmática” ou ainda, como na chamada de uma famosa revista histórica francesa, uma “virada crítica” (JAMESON, 1998; JAY, 1982, p. 86-110; DOSSE, 1995; LES ANNALES, 1988). Essa proliferação de proposições nos ajuda a lembrar que jamais o campo da discussão teórica é feito de unanimidades (NOIRIEL, 1996, p. 10) e que qualquer tentativa de estabelecer contornos precisos para definir e explicar nosso “momento” historiográfico está necessariamente fadada – sob pena de criar apenas mais uma caricatura – a situar-se dentro de um campo de forças e declarar sua posição dentro de um conflito de perspectivas muitas vezes inconciliáveis.

Costa (1999, p. 83-96) alertou-nos para o perigo de importar, sem critérios, discussões e dúvidas geradas e tornadas significativas em quadros sociais, políticos e intelectuais bem distintos daqueles do chamado Terceiro Mundo. Assim, aceitar a “crise da história” como válida universalmente e desenhada de uma vez por todas com contornos claros e – pior – como um conjunto de respostas que se deve aceitar prontamente, é a armadilha na qual devemos evitar cair, de modo a construir sobre ela uma interrogação teórica consistente. A partir da “periferia”, portanto, mais do que desejável, torna-se fundamental a necessidade de colocar sob crítica as modas intelectuais que, de outro modo, tende-se a adotar sem muita reflexão. Dado o sucesso ambíguo de algumas das proposições e conceitos franqueados pelos modismos internacionais no quadro da pesquisa histórica brasileira nos últimos anos (FICO, 2000, p. 33-4), qualquer tentativa séria no sentido de construir essa crítica pode ajudar a contornar os riscos daquela adoção cega.

Considerando estas ressalvas como ponto de partida, este trabalho se propõe como uma reflexão sobre o quadro fraturado e heterogêneo que compõe o debate em torno da crise das ciências humanas no panorama historiográfico contemporâneo. Sua ênfase principal recai sobre as possibilidades e ambigüidades levantadas por algumas das propostas que tentam articular uma resposta a este quadro a partir de uma reflexão sobre o conceito de “representação”.

Na tentativa de construir essa discussão, partiremos antes de tudo de uma análise das proposições que nos parecem mais definidoras da própria idéia de “crise”: sua dimensão historiográfica e “extra-historiográfica”, bem como as características teóricas que delimitam as diferentes perspectivas em jogo. Nosso objetivo é identificar a emergência de uma certa convicção – partilhada por parte significativa do debate coletivo nas ciências humanas – de que a sua “crise” estaria ligada à crescente incerteza sobre a possibilidade de conhecimento (científico ou de qualquer natureza) sobre a realidade. A construção dessa convicção epistemologicamente “cética” – que emerge como intelectualmente significativa e, de certo modo, politicamente legitimada, a partir dos anos 1970 – e o campo de embate teórico que ela desenha, vai configurar, em grandes linhas, o quadro a partir do qual construiremos nossa crítica.

O passo seguinte é marcado pela identificação de um conceito central cuja interpretação marca várias das perspectivas conflitantes sobre a crise das certezas: o conceito de “representação”. A cristalização de um dos aspectos da discussão sobre a crise das ciências humanas em torno de uma “leitura” que a vê antes de tudo como uma “crise da representação” constitui o objeto central de nossa análise. A partir daí, em direção à conclusão deste artigo, pretendemos discutir as ambigüidades e riscos inerentes a algumas das proposições avançadas em torno da noção de “representação” no campo da história da sociedade e da cultura.

CRISE DA HISTÓRIA, CRISE DA REPRESENTAÇÃO

A retórica da “crise”, como lembrava Noiriél (1996, p. 11), foi usada e abusada pelos historiadores, não apenas recentemente. Hoje, o uso do termo muitas vezes parece mesmo contradizer o crescente prestígio da disciplina, a grande proliferação da pesquisa em história nas últimas décadas, bem com a riqueza e diversidade dessa produção. Podemos pensar, entretanto, que a fortuna obtida por aquela retórica não se opõe de fato à expansão da investigação e da reflexão histórica, mas é, de certo modo, resultado dela. A proliferação de objetos, o “esmigalhamento” e a dispersão da história em direções variadas e seguidamente contraditórias acompanham, como lembra corretamente Chartier (1998, p. 9-10), a perda de unidade das grandes tradições historiográficas nas últimas décadas, que configura a própria crise de que estamos falando. É o mesmo autor que discute as inquietações presentes nesse momento da disciplina histórica por meio de uma imagem: o historiador hoje andaria, mais do que nunca, “à beira do precipício”:

Caminhar assim ‘na beira do precipício’ permite também formular mais seguramente a constatação da crise ou, pelo menos, da incerteza seguidamente anunciada hoje a propósito da história. Aos transportes otimistas e conquistadores da ‘nova história’ sucedeu, com efeito, um tempo de dúvidas e interrogações. Existe este humor inquieto e, às vezes, desagradável por muitas razões: a perda de confiança nas certezas da quantificação, o abandono dos recortes clássicos,

[...], dos objetos históricos, ou, ainda, o questionamento de noções ('mentalidades', 'cultura popular' etc) categorias (classes sociais, classificações sócio-profissionais etc.), modelos de interpretação (estruturalista, marxista, demográfico etc.) que eram aqueles da historiografia triunfante (1998, p. 9).

Um quadro amplo demais, não há dúvida, mas implicitamente marcado pela relação entre dois planos: o político e o intelectual, ligados pela presença de palavras como "incerteza", "dúvidas" e "interrogações". O que está implícito é, marcadamente, a desilusão com modelos de ação e as convicções intelectuais que haviam sido, por muito tempo, fundamentais para a direção política e a reflexão teórica de muitos daqueles que trabalhavam e pensavam as ciências humanas, e cujo caráter "otimista e conquistador" sofria, de todo modo, sérios revezes.

Colocado de um modo bastante impressionista, os primeiros passos dessa "crise" de convicções remetem aos princípios da década de 1970. No plano político, o quadro polarizado durante a Guerra Fria era, cada vez mais, entendido como um beco sem saída. As lutas políticas do Terceiro Mundo – da América Latina ao Vietnã ou à África – enfatizavam, do mesmo modo, a necessidade de construir alternativas para além do quadro que opunha o capitalismo liberal americano e o comunismo soviético. Por outro lado, em especial na Europa e nos Estados Unidos, a manifestação de novas lutas políticas no campo da esquerda, como aquelas empreendidas pelos movimentos feministas, das minorias étnicas e nacionais, dos estudantes, marcavam a importância de atores sociais que eram frequentemente desconsiderados pelas análises políticas marxistas, enfatizando, além disso, a importância de novas arenas de conflito político, como as políticas da identidade (nacional, étnica, religiosa, de gênero, de classe etc.) (APPLEBY et al., 1995).

Todo esse quadro apenas torna-se mais complexo e fraturado nas duas décadas seguintes. O fim da Guerra Fria com o colapso do bloco soviético (e, junto dele, a percepção de fracasso de um projeto político que o justificava), as crises constantes no Terceiro Mundo, o reaparecimento de novos fascismos na Europa, a convicção crescente de que os modelos de sociedade alternativos perdem espaço frente ao recrudescimento do liberalismo e à "globalização": todos esses elementos, de várias formas,

ajudam a redefinir – e complicar – esse panorama de crise, incerteza e desilusão, que se estende para além do plano político, refletindo de muitos modos nas formas de pensar a sociedade e a história.

Não se pode traçar de modo simplista uma linha de continuidade entre esse quadro político e o plano intelectual no período. Considerar o primeiro como causa suficiente do segundo é imaginar ambos como dotados de uma coerência e de uma homogeneidade que são desmentidas pela observação. A convicção crescente da inadequação de categorias interpretativas e modos de pensar a história não levou, obviamente, a um quadro de respostas comuns. É possível pensar, entretanto, linhas de força que podem ajudar a lançar alguma luz sobre o quadro de problemas levantados por essa percepção de incerteza (ou, ao menos, de perplexidade) que marcou algumas das "viradas" mais recentes da história.

Tentando delimitar algumas dessas linhas de força que compõem o quadro de respostas à "crise da história" nas últimas décadas, Costa (1999, p. 84) sugeriu a existência, a partir do final dos anos 1960, de uma "ruptura epistemológica" cujos termos genéricos poderiam ser encontrados, em primeiro lugar, em um "desvio gradual da necessidade para a liberdade" na análise da estruturação da sociedade e das relações sociais. Esse desvio seria caracterizado por um caminho que partiria de uma "preocupação sobre as condições materiais de existência", em direção a "uma preocupação sobre as percepções, símbolos, significados e rituais" (p. 85). Os resultados dessa ruptura com os princípios programáticos da história consolidada até os anos 60 não foram, mais uma vez, homogêneos. No campo da história social, por exemplo, o reconhecimento da presença de novos personagens na cena das lutas sociais do presente ajudou certamente a construir, analogicamente, o interesse pelos grupos sociais politicamente marginalizados do passado¹. Além disso, a contestação dos modelos excessivamente deterministas para a análise da sociedade, herdados de certo marxismo, tornou possível, do mesmo modo, a saudável crítica a uma forma de conceber a classe social como algo dado de uma vez por todas, bem como pensar as relações entre a classe e a consciência de classe para além de um nexos automático de solidariedade. Assim, para tomarmos como exemplo o campo da história social no Brasil, a crítica ao determinismo e o essencialismo, presentes em muitas das análises

anteriormente consolidadas sobre os movimentos sociais, permitiu instrumentalizar os avanços importantes que podem ser constatados nos estudos sobre o trabalho e a escravidão nos últimos anos (BATALHA, 1998; LARA, 2000; NEGRO, 2002).

As perplexidades colocadas por essa revisão de paradigmas² tiveram, no entanto, versões muito mais “radicais”. Estas encontram-se ligadas, antes de tudo, à forte aproximação construída nas últimas décadas entre a história e as disciplinas que haviam absorvido de modo mais intenso as proposições filosóficas que, a partir dos anos 1960-70, foram classificadas como pós-estruturalistas ou, em uma definição mais ambígua, pós-modernos: a lingüística, os estudos culturais e literários, por um lado, e parte da antropologia, por outro (mas a lista poderia conter ainda algumas das discussões da psicanálise).

Sob a etiqueta do “pós-modernismo” congregou-se um conjunto nem sempre homogêneo de proposições e de críticas que construíam uma versão particularmente incisiva (mesmo que não acertada) da retórica da “crise”. Seu quadro de referências teórico passa, com frequência, por alguns dos expoentes do pós-estruturalismo francês: Roland Barthes, Jacques Derrida, Michel Foucault, Jean-François Lyotard e outros³. Mais do que na França, entretanto, foi no mundo acadêmico norte-americano que o debate pós-moderno encontrou seu maior desenvolvimento, dando um aparato crítico a todo um conjunto de novas práticas e reflexões sobre as ciências humanas, legitimando, no mesmo movimento, o surgimento de novos temas de investigação (gênero, homossexualidade, etnia), novos campos de estudo (como os *cultural studies*) e novas perspectivas políticas (como o multiculturalismo, a *political correctness* e a política das identidades).

Em *Telling the truth about history*, Appleby, Hunt e Jacob (1995) [ver sobre o livro: Torre, 1999] dedicaram-se a discutir os pontos positivos e negativos da crítica aos “absolutismos intelectuais” formulada pela história social americana nas últimas décadas. Mesmo distanciando-se claramente dele, há um lugar central para o pós-modernismo em sua análise. Tentando compor uma “linhagem histórica” do pós-modernismo e suas asserções centrais, elas apontam

um vago sentido da ligação entre conhecimento e vontade de poder que se pode remeter a Nietzsche, uma declaração de falência de todas as narrativas emancipatórias das vanguardas, o ataque heideggeriano ao homem como centro do historicismo e, enfim, a crítica desconstrucionista (TORRE, 1999 [comentário a:] APPLEBY et al., 1995, p. 207-217).

Esses pilares da crítica pós-modernista seriam centralizados, de um modo particularmente importante para a análise que propomos neste trabalho, em seu “desafio às convicções sobre a objetividade do conhecimento e a estabilidade da linguagem” (APPLEBY et al., 1995, p. 201). Fundamentalmente, o caráter central da crítica pós-moderna que a coloca em profundo confronto com a própria história como disciplina, está em sua crítica radical à dupla ambição de representação do discurso das ciências humanas e da história: a convicção de que é possível construir um discurso verdadeiro e verificável sobre a realidade (e sobre a realidade do passado em especial), bem como a pretensão do historiador em falar em nome do passado conferindo-lhe, *a posteriori*, um sentido⁴.

A palavra representação aqui não aparece por acaso: trata-se de colocar em questão o próprio sentido deste conceito. Em torno dele se estabelece o campo de conflito talvez mais controverso no quadro da “crise da história”. Nas palavras de Falcon (2000, p. 63):

Do contraste entre historiografia moderna e pós-moderna, parece inevitável concluir pela crise da representação. Ao perder a transparência que lhe era atribuída pelos historiadores, a linguagem tornou-se um meio opaco, auto-referenciado, incapaz de representar uma ‘realidade histórica’ extra-discursiva. Ao deslocar-se de seu referente, situado na esfera do ‘real’, o discurso histórico passou a ser a própria ‘realidade’, tornando sem sentido as questões epistemológicas relativas à objetividade e à verdade do conhecimento histórico. Eliminada a ‘representação’ como referência à realidade histórica, todos os discursos históricos tornam-se equivalentes entre si, isto é, ‘relativos’ (grifo nosso).

Essa versão extrema da retórica da “crise”, como aponta Falcon, apenas se aplica “àqueles teóricos que levam às últimas conseqüências as

premissas lingüísticas e literárias do relativismo”. Nesse caso, o que se afirma é a própria impossibilidade da representação histórica – no sentido da construção de uma narrativa que pretende descrever e explicar uma dada realidade histórica extra-textual.

A discussão abstrata em torno da “crise da representação” deu margem à proliferação de posições céticas marcadas por um forte radicalismo retórico. A dúvida radical sobre qualquer possibilidade de conhecimento seguro ou de qualquer realidade exterior ao universo auto-referenciado da linguagem produziu afirmações cujo conteúdo ecoa nas palavras escolhidas por Barthes para concluir um artigo sobre o “discurso da história” em 1967:

[...] a estrutura narrativa, elaborada no cadinho das ficções (através dos mitos e das primeiras epopéias), torna-se, a uma só vez, signo e prova da realidade. Assim, compreende-se que o apagamento (senão o desaparecimento) da narração na técnica histórica atual, que procura falar das estruturas mais do que das cronologias, implica muito mais do que uma simples mudança de escola: uma verdadeira transformação ideológica; a narração histórica morre porque o signo da História é doravante menos o real do que o inteligível (1988, p. 157).

A afirmação de Barthes fazia sentido em um momento de triunfo da história estrutural e quantitativa no panorama historiográfico francês. Situado antes do “retorno da narrativa” que seria identificado pouco mais de uma década depois (HOBBSAWM, 1998a), seu argumento alimentaria, de todo modo, o ceticismo diante da pretensão historiadora de representar o real. Do mesmo modo, o estilo do filósofo francês anteciparia, em parte, as formulações ambíguas do pensamento pós-moderno posterior⁵. Como apontou agudamente Hartog (1998, p. 196), a citação de Barthes poderia ser entendida tanto como uma radical afirmação de ceticismo quanto uma ponderada crítica ao uso pelos historiadores de uma concepção de narrativa como “imitação”, seguindo um modelo presente na literatura realista. De todo modo, formulações como a dele encontrariam eco importante nas críticas pós-modernas, como nas discussões de White (1992b, 1994) sobre a história como artefato literário, divulgadas nos anos seguintes no Estados Unidos.

Posições mais moderadas – que reconhecem a importância heurística de algumas considerações que chamam a atenção para as dimensões políticas e retóricas implicadas em toda a narrativa histórica – procuram, simultaneamente, escapar ao ceticismo epistemológico e ao “construtivismo social” radical, colocando no centro de suas preocupações uma interrogação sobre a própria noção de representação e suas possibilidades na história. Alguns dos exemplos mais evidentes dessas posições intermediárias estão presentes no debate historiográfico, principalmente na França, nos últimos anos. A discussão teórica aqui é frequentemente empreendida por historiadores de ofício⁶ que, interrogando teoricamente sua prática e seus objetos de estudo, articulam uma densa problematização sobre o sentido da “operação historiográfica”, o lugar da narrativa e do “enredo” na exposição histórica, ou ainda as relações entre “práticas” e “representações” no estudo da história cultural e social (CERTEAU, 1982; CHARTIER, 1998; LEPETTI, 1999; GINZBURG, 2000, 2001). Antes de olharmos com mais atenção essas proposições, no entanto, seria preciso ainda discutirmos com mais cuidado alguns dos termos do debate em torno da “crise da representação” tal como a citamos antes.

LIMITES DA REPRESENTAÇÃO

Nas discussões sobre a história contemporânea, o tema que mais marcadamente produziu discussões cujo teor ilustra as fronteiras e posições dentro do debate sobre a crise das representações foi, certamente, aquele do Holocausto – isto é, a “Solução Final” nazista que implicou o genocídio de milhões de judeus europeus durante a Segunda Guerra. Não por acaso, trata-se de um tema caracterizado por exigências de ordem ética e política que o tornam praticamente incapaz de ser encarado com a frieza abstrata com que algumas das discussões “epistemológicas” em torno da história foram travadas.

O tema do Holocausto mobiliza, simultaneamente, várias das questões que dão sentido ao trabalho que propomos: o entrelaçamento e, muitas vezes, a oposição entre história e memória; as exigências políticas a que estão sujeitas as múltiplas representações sobre o passado; o próprio sentido da idéia de representação; e, enfim, o alcance e os limites encontrados por aquelas assertivas que afirmam uma dúvida epistemológica

radical sobre a história. Implicando a investigação sobre a capacidade da história em construir-se enquanto instrumento de análise crítica, essa discussão lança luz sobre alguns dos aspectos que pretendemos discutir com mais atenção.

A discussão sobre o Holocausto envolveu desde o princípio o confronto entre realidade e representação no coração do próprio acontecimento. Isso tocou dimensões da experiência humana que estavam presentes desde o momento em que a realidade dos campos de concentração se impôs aos contemporâneos. Em primeiro lugar, a confrontação entre a exigência de lembrar e os limites de como comunicar uma situação marcada pelo horror esteve presente tanto para os sobreviventes como para as testemunhas da máquina de extermínio construída e mantida pelos nazistas. Exigências éticas e políticas, bem como jurídicas e mesmo pedagógicas, estavam diretamente envolvidas já nas primeiras “representações” dos campos nazistas: os filmes documentários produzidos pelos aliados (BIOSCA, 2001). Em seguida, senão simultaneamente, na necessidade de contar e lembrar das próprias vítimas, que tem na obra de um sobrevivente de Auschwitz – Primo Levi – sua forma mais marcante. As mesmas exigências e os mesmos dilemas persistem tanto nos “Museus do Holocausto” quanto nos documentários, filmes para o cinema e projetos mais recentes de gravação dos testemunhos dos sobreviventes (p. 298-299). Talvez o exemplo mais contundente deste confronto entre a necessidade de lembrar e a recusa de representar (ou re-representar) o passado esteja no filme de Claude Lanzman sobre o *Shoah*: 9 horas de um documentário que “extraí sua força de uma opção formal e ética insólita [...]: a recusa de princípio a toda imagem (foto ou filmagem) que recrie um passado pertencente aos campos da morte, isto é, uma imagem de arquivo” (BIOSCA, 2001, p. 290) [ver ainda: Lanzmann, 1985; La Capra, 1998, 2001; Rothberg, 2000].

As mesmas razões que tornaram e tornam a representação artística, literária e/ou memorialística do Holocausto um palco de conflito, intensificam a dramaticidade dos confrontos que se estabeleceram no campo da História do Shoah. Os primeiros desenhos de uma grande polêmica neste sentido se deram entre o final dos anos 1970 e início dos 80, com a reação de diversos historiadores às teses revisionistas (ou

“negacionistas”) de Robert Faurisson, Paul Rassinier e outros, que insistiam na inexistência ou, no mínimo, na impossibilidade de se ter qualquer certeza sobre o assassinato em larga escala da população de judeus da Europa pela máquina de guerra nazista. Os argumentos são conhecidos: o uso das câmaras de gás para o extermínio não teria acontecido, os indícios sobre os assassinios em massa seriam forjados ou inconclusivos e, antes de qualquer coisa, as principais provas do massacre – a memória viva dos sobreviventes – não teriam a mínima credibilidade (SHERMER; GROBMAN, 2002).

Uma outra direção tomou o debate em torno do sentido do Holocausto que havia mobilizado, também durante os anos 80, uma controvérsia entre historiadores na Alemanha⁷. Tratava-se, para alguns, de contestar a idéia de que a Solução Final nazista era um evento sem precedentes, que escapava à classificação, tentando demonstrar que as atrocidades dos campos de concentração alemães durante a Segunda Guerra não apresentavam grandes diferenças qualitativas de outras atrocidades nacionais que a teriam não apenas precedido, mas mesmo inspirado, como aquelas cometidas pelo regime soviético. Desse modo, a polêmica tratava de “problemas tais como a singularidade do nazismo, a pertinência da comparação com o estalinismo, [...] e, enfim, a questão da continuidade da nação alemã através – e além – da catástrofe” (RICOEUR, 2000, p. 329-330). Mesmo expondo os critérios espúrios que governavam estas comparações – como o fez Habermas – os termos presentes na controvérsia marcavam alguns dos seus potenciais desdobramentos posteriores.

Em *Um Eichman de papel*, de 1980, Vidal-Nacquet (1988), na tentativa de fazer a “anatomia da mentira” do revisionismo, arrolava os argumentos de uma história que insistia na realidade empiricamente comprovável do Holocausto, para além de qualquer teorização ou interpretação. O historiador francês então estabelecia os termos do debate ao redor de duas questões centrais: a primeira delas dizia respeito à falsificação da história e a segunda, em torno das relações que se estabeleciam entre as diversas narrativas do episódio e a sua realidade concreta. A primeira questão traria como consequência o compromisso moral do historiador com a “verdade” e as duas questões juntas, cada uma a seu modo, colocavam em pauta as implicações epistemológicas que se levantavam a partir daquela

discussão.

Em 1990, em Los Angeles, Saul Friedlander organizou uma conferência com a participação de proeminentes historiadores e críticos com o objetivo de fazer um balanço das controvérsias sobre o Holocausto e suas conseqüências. Seu ponto de partida dava uma boa idéia do universo de questões que havia brotado em torno daqueles primeiros argumentos originais. O título da conferência – bem como do livro que sairia depois com as suas várias contribuições – era *Nazism and the Final Solution: Probing the Limits of Representation* (“Nazismo e a ‘Solução Final’: testando os limites da representação”, FRIEDLANDER, 1992).

O objetivo aqui (escreve Friedlander na introdução ao volume) não é lidar com um aspecto histórico específico destes eventos ou com sua expressão particular na literatura, nas artes ou na filosofia. A consideração subjacente é que estamos lidando com um evento de um tipo que exige uma abordagem global e uma reflexão geral sobre as dificuldades que são levantadas para sua interpretação (1992, p. 1).

Tratava-se de pensar como um “evento limítrofe” como o Holocausto desafiava “categorias conceituais e representacionais” com que tradicionalmente os historiadores – e não apenas eles – lidavam com o passado. Tendo a recusa do revisionismo como patamar comum, a discussão propunha também pensar o problema a partir de questões colocadas por parte do pensamento usualmente chamado “pós-moderno”. Nas palavras de Friedlander (1992, p. 4-5):

[...] a rejeição, pelo pensamento pós-moderno, da possibilidade de identificar alguma realidade estável ou uma verdade por trás da constante polissemia e auto-referencialidade das construções lingüísticas desafia a necessidade de estabelecer as realidades e as verdades do Holocausto; por outro lado, a própria abertura do pós-modernismo àquilo que não pode ainda ser formulado em declarações decisivas, mas meramente sentido, relaciona-se diretamente com quem quer que considere que mesmo a mais precisa prestação de contas histórica do Shoah contém uma opacidade no seu íntimo que confronta a tradicional narrativa histórica.

Como apontou recentemente Ricoeur, comentando a proposta de Friedlander, a idéia de “limite da representação” tal como era colocada na introdução do livro expunha a necessidade de articular duas sortes de limites: aquele “interno” que implicava o esgotamento ou a indisponibilidade das “formas de representação disponíveis em nossa cultura para dar legibilidade e visibilidade ao evento denominado ‘solução final’”, e, por outro lado, aquele “externo” da “intimação” que, “elevando-se do próprio coração do evento”, exigia que ele fosse dito, representado. Essa articulação expunha, desse modo, a singularidade de um fenômeno “no limite da experiência e do discurso”, cuja análise permitiria deixar a descoberto não apenas “os limites da representação sob suas formas narrativas e retóricas, mas todo o empreendimento da escritura histórica” (RICOEUR, 2000, p. 329).

A consideração de Friedlander na introdução estabelecia uma ponte entre, por um lado, as exigências e limites cognitivos da história do Holocausto enquanto tentativa de uma representação histórica do evento e, por outro lado, a exigência – contida naquela “opacidade” por ele citada – de considerar, para além dos fatos empíricos e sua compreensão, o Holocausto como evento cujo significado moral e político o dotava de um caráter quase impermeável ao esforço histórico de “normalizá-lo”. Aqui, o entrelaçamento entre os dois limites apontados por Ricoeur parece constituir o nódulo central da discussão: seria o Holocausto um evento inclassificável? Suas características específicas exporiam de fato a inadequação da linguagem e das categorias interpretativas da história para lidar com ele? Seria este um evento capaz de desafiar qualquer tentativa de transformá-lo em uma narrativa histórica como outra qualquer, devolvido à “normalidade” da história?

Centrando sua discussão na representação histórica do Holocausto – a questão fundamental, sob nosso ponto de vista – a principal polémica presente no livro de Friedlander opunha, por um lado, a tentativa de White, em seu artigo na mesma obra (WHITE, 1992a), de articular uma resposta à questão que fosse compatível com sua própria visão da história como uma prática essencialmente literária e, por outro lado (e no pólo extremo), a tentativa empreendida por Ginzburg (1992, 2000) de dissecar a resposta

de White não apenas em suas implicações epistemológicas, mas também políticas, partindo da negação categórica de seu “ceticismo”.

Discutindo precisamente a questão colocada por Friedlander sobre o Holocausto e os limites da representação, White (1992a, p. 37-38) perguntava:

A questão levantada com respeito aos ‘enredos históricos’ no estudo do Nazismo e da Solução Final é este: há algum limite do *tipo* de estória que se pode responsabilmente contar sobre estes fenômenos? *Podem* estes eventos serem colocados em enredo responsabilmente em *algum* dos modos, símbolos, enredos e gêneros que nossa cultura fornece para ‘dar sentido’ a eventos tão extremos em nosso passado? Ou [...] Em uma palavra, a natureza do Nazismo e da Solução Final estabelecem limites absolutos sobre o que pode ser dito verdadeiramente sobre eles? Eles estabelecem limites sobre os usos que escritores de ficção e poesia podem fazer deles? Eles se prestam a serem colocados em enredo em um número estabelecido de maneiras, ou seus sentidos específicos, como o de quaisquer outros eventos históricos, são infinitamente interpretáveis e em última instância, inconclusivos?

A resposta de White a estas perguntas é ambígua (FALCON, 2000, p. 66). Sem abrir mão dos seus próprios pressupostos teóricos, ele sugeria que um enredo eficaz (e, nesse sentido verídico) sobre o Holocausto deveria construir-se de acordo com uma narrativa em “estilo moderno”, em que a representação realista passasse por critérios distintos da prosa romanesca do século XIX, com o uso de múltiplas vozes, em que o ponto-de-vista exterior é dissolvido e o narrador não comanda a cena, dando espaço para a dúvida e a emergência da subjetividade etc. (WHITE, 1992, p. 50-51). Claro que a pergunta permanece: por que este “estilo moderno” é mais condizente com a representação do Holocausto? Isso é deixado relativamente em aberto.

White não nega que os fatos tenham existido e que se possa falar deles. Assim, o Nazismo e a solução final são fatos cuja realidade é inegável. É no passo seguinte que repousa o seu principal argumento: a listagem de fatos é, por si só, destituída de sentido. Para dar um sentido aos fatos, torná-los inteligíveis, é preciso colocá-los em enredo, transformá-los em história.

E aí entra aquilo que, de acordo com o historiador americano, torna a história inescapavelmente ligada à ficção: o enredo é, antes de tudo, “entidade lingüística”, pertence à “ordem do discurso” e, portanto, inteiramente submetido às suas leis internas. Seus pressupostos são evidentes: não há exterioridade ao discurso. Se a realidade existe, nossa capacidade de dar-lhe sentido é limitada pelos modelos discursivos que lhe são inteiramente independentes. A imaginação histórica (e a representação histórica) está presa a *tropos*, modelos retóricos e modos explicativos definidos que estão marcados na “estrutura profunda do imaginário” de uma dada época, ao inconsciente da narração histórica, portanto.

Para White, de todo modo, sua postura cética e relativista com relação à história seria antes de tudo anti-autoritária, uma atitude intelectual que fundaria a tolerância e, desse modo, não poderia servir aos interesses dos revisionistas⁸. O argumento parece sedutor, mas sua fraqueza fundamental era denunciada por Ginzburg no mesmo livro, em seu comentário ao texto de White:

[...] essa tese é insustentável, tanto do ponto de vista histórico quanto lógico. Do ponto de vista histórico, porque a tolerância foi teorizada por indivíduos que tinham fortes convicções intelectuais e morais [...]. Do ponto de vista lógico, porque o ceticismo absoluto entraria em contradição consigo mesmo se também se estendesse à tolerância enquanto princípio regulador. Não apenas isso: quando as divergências intelectuais e morais não são ligadas em última análise à verdade, não há nada a tolerar. De fato, a argumentação de White que liga a verdade à eficácia reclama inevitavelmente não a tolerância, mas o seu contrário [...] (GINZBURG, 1999, p. 24).

A última observação era particularmente contundente. A tentativa de Ginzburg de mostrar as afinidades intelectuais de White com o idealismo italiano não apenas de Croce mas aquele, em versão fascista, de Giovanni Gentile, já foi considerada exagerada. Entretanto, o historiador italiano mostrava de modo convincente não apenas uma influência mais ou menos direta de Gentile sobre o pensamento de White, mas também uma afinidade lógica: a consideração da verdade como produto da eficácia é paralela ao argumento nazi-fascista da verdade fundada na força – o “cacete como força moral” com que Gentile justificava a violência da juventude fascista.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E OS DILEMAS DA HISTÓRIA INTERPRETATIVA

Em um comentário recente sobre a polêmica em torno do Holocausto e os limites de sua representação na História, Decca (2001) escolheu abordar as dimensões deste debate a partir do confronto entre a história e a memória. Podemos resumir uma parte importante do seu argumento da seguinte forma: a controvérsia dos historiadores em torno do Holocausto confirmaria seu lugar na história, impedindo-o de ser esquecido e preenchendo, simultaneamente, sua “intimação” a ser representado. Assim, o conteúdo dos argumentos levantados de parte a parte seria menos importante do que o confronto em si, que comporia de fato e de direito o acontecimento do Holocausto como irredutível, particular, único. Aqui a necessidade de memória estaria saciada, na medida em que o “evento” não se deixaria submeter, permaneceria “rebelde” à classificação histórica. Nesta perspectiva, a indiferença seria a grande inimiga da memória.

Memória e história se entrelaçam no seu argumento. O que as uniria seria a demanda ética e política de se pronunciarem sobre o acontecimento. As distinguem, por outro lado, suas próprias exigências internas: a memória selecionaria do passado os monumentos sobre os quais constrói sua justificação de ser; a história olharia o passado a partir da exigência documental. Assim, de acordo com Decca (2001, p. 5), uma última diferença entre a história e a memória poderia ser concebida deste modo: “A característica mesma da história é a de ser um conhecimento em permanente construção e sujeito a contestações, ao passo que a memória depende da valorização documental dos vestígios do passado para a sua permanência.”

Talvez aqui o comentário de Decca possa nos sugerir outros caminhos. Nele, é possível que se enfatize um pouco demais aquela última diferença entre história e memória: afinal, talvez a disciplina histórica não produza um conhecimento tão fugaz assim, nem a memória seja um campo tão homogêneo. A memória é também – e talvez mais justificadamente ainda – objeto de contestação, sujeita à transformação e à dissolução. A

memória é campo de batalha e por isso Vidal-Nacquet (1988, p. 10) podia justificar sua resposta aos revisionistas como um revide a um ataque que, nas suas palavras, quer “atingir uma comunidade nas mil fibras ainda dolorosas que a ligam ao seu próprio passado”.

Entretanto – e aqui está, talvez, a encruzilhada mais óbvia enfrentada por esta discussão – também se exige da história um compromisso. Exige-se antes de tudo que esta dê – para além do testemunho – um aporte documental que nada mais é do que um voto de credibilidade às expectativas de legitimação das várias comunidades. Como nos lembrou Prost (2000, p. 10-11), essa procura pela história é na verdade uma procura pela memória. Essa “demanda de memória” não é exclusiva do Holocausto, mas tem nele um exemplo paradigmático de como a evocação a um “direito de memória” significa antes de tudo, “convidar toda uma coletividade a compartilhar uma indignação, uma revolta ou um luto, e a transformá-los em resolução”. Assim, também evidencia o fato de que o dever de memória entra quase sempre em conflito com o trabalho da história: enquanto a memória parece “proscriver o esquecimento”, a história o organiza segundo critérios que colocam de lado a emoção. “A história”, como diz Prost, “está do lado do conhecimento, do saber; ela é um colocar-se a distância, racionalização, vontade de compreender e de explicar” (p. 11). Reconhecer a inflexão recíproca entre memória e história não as torna, portanto, menos distintas.

Certamente, não estamos mais de acordo com Maurice Halbwachs, que opunha radicalmente a memória e a história, colocando ao lado da primeira o vivido, o múltiplo, e do lado da segunda, o unívoco e o conceitual, uma espécie de “física social afastada do vivido” (DOSSE, 2000, p. 182 *et seq.*). Entretanto, é preciso considerar a história como dotada de funções críticas que são inteiramente diversas da memória. Esta última – entendida antes de tudo como “memória coletiva” –, como demonstrou o mesmo Halbwachs, se entrelaça e se enraíza firmemente em comunidades concretas e suas realidades sociais e simbólicas. Assim, para colocarmos em termos mais diretos, a memória depende antes de tudo do espaço intersubjetivo, compartilhado e largamente consensual (ainda que não ausente de conflitos), das interpretações que uma comunidade constrói sobre si mesma

e sobre seu passado. A história, por outro lado, cada vez mais tenta incorporar o “vivido” como dimensão fundamental da experiência que interroga. Ela mantém, entretanto, com relação à memória, uma separação irredutível: é preciso que ela rompa as cadeias da intersubjetividade para que se sustente como conhecimento crítico, colocando aquela mesma memória justificadora e fundadora como seu objeto de investigação⁹.

O debate em torno do Holocausto nos ajuda a colocar em evidência uma das considerações centrais que informa a discussão que propomos aqui: a necessidade de diferenciar radicalmente a história e a memória para podermos pensar a primeira como uma forma de conhecimento capaz de escapar das armadilhas lógicas do ceticismo epistemológico. Assim, enquanto a memória se constrói sobre o fundamento da intersubjetividade, a história deve – sob pena de transformar-se em uma modalidade daquela – necessariamente construir seus fundamentos sobre a evidência. Mesmo assumindo sua dimensão narrativa e considerando-a, a seu modo, uma “arte imaginativa”, ela não pode deixar de ser considerada, como afirma Hobsbawm (1998, p. 287), “uma arte que não inventa, mas organiza *objets trouvés*”.

Partindo destas considerações, podemos caminhar para o último movimento deste trabalho, retornando com outros instrumentos ao seio da discussão que propúnhamos em seu início: a relação entre a “crise da história” e os usos do conceito de “representação”.

Discutindo a ideia de que o Holocausto desafia os limites da representação do passado e da representação histórica em especial, o debate deixa em aberto a pergunta sobre o significado do próprio conceito. Podemos partir daí.

Já se falou que o sucesso do termo, em suas várias modulações deriva exatamente da sua ambigüidade (GINZBURG, 2001, p. 85). Entretanto, o conceito de representação tornou-se central para os estudos sobre a cultura (CARDOSO; MALERBA, 2000) e, particularmente, no âmbito heterogêneo da chamada “nova história cultural” que emerge, em seus vários modelos, como referência fundamental dentro do quadro de respostas à “crise” da história (HUNT, 2001 [introdução]).

Chartier foi um dos principais responsáveis por colocar na ordem do dia da história tanto um modelo articulado de “história cultural”, quanto por definir o conceito de “representação” como fundamental dentro dele. Em 1988, em um artigo que tratava precisamente da tentativa de definir uma resposta possível à crise (CHARTIER, 1998; SILVA, 2000), Chartier afirmava a necessidade de superação daquilo que chamava de um “falso debate” que atravessava fortemente a história, bem como as outras ciências sociais, e que opunha a “objetividade das estruturas” à “subjetividade das representações”. A tentativa de superá-lo exigiria, de acordo com o historiador francês, tanto “considerar os esquemas geradores dos sistemas de classificação e de percepção como verdadeiras ‘instituições sociais’, incorporando sob a forma de representações coletivas as divisões da organização social”, quanto “considerar corolariamente essas representações coletivas como as matrizes de práticas construtivas do próprio mundo social” (1998, p. 77-8 [grifo nosso]).

A noção de representação - e de “representação coletiva”, em uma referência a Mauss e a Durkheim – aparecia como peça central na proposição de Chartier. Como se esclarece em trabalhos posteriores, tratava-se de colocar em relação, através do conceito, três registros de “experiência e realidade”:

Por um lado, ela designa as representações coletivas que organizam os esquemas de percepção e de valoração a partir das quais os indivíduos classificam, julgam e agem. Por outro lado, indica as formas de exibição da identidade social através de signos e práticas simbólicas. Enfim, indica a delegação a um ‘representante’ (indivíduo singular, corpo coletivo, instância abstrata) da continuidade e da estabilidade das identidades coletivas (1996, 1998).

A história, pensada por meio da categoria da representação nos três registros apresentados por Chartier, permitiria então conceber a própria “construção do mundo social como resultante da eficácia (ou ineficácia) do trabalho simbólico que os grupos efetuam sobre si mesmos (e sobre os outros) para transformar as propriedades sociais comuns aos seus próprios membros em uma relação de pertencimento percebido, exibido e reconhecido (ou negado)” (CHARTIER, 1996, p. 492). Assim, o que se

propunha era que a análise da realidade social – e, portanto, das práticas individuais e de grupo que se constituíam em seu interior – partisse antes de tudo da consideração desta como resultado das “lutas de representações” para articular e fazer reconhecer identidades dentro de um combate pela “dominação simbólica”.

As implicações idealistas da fórmula que pensa o “mundo social” como resultante do “trabalho simbólico” não passaram despercebidas na crítica contundente feita por Torre às idéias de Chartier (TORRE, 1995). Discutindo alguns trabalhos de história e de sociologia contemporâneos, Torre apontava a substituição do conceito de ação pelo de prática no estudo das relações sociais. Do mesmo modo, o historiador italiano discutia como o deslocamento operado no uso do segundo termo acabava por fazê-lo “assumir um significado ‘cognitivo’, isto é, ligado aos esquemas de classificação utilizados pelos sujeitos e atores” (1995, p. 807). Para ele (1995, p. 811), o trabalho de Chartier expunha diretamente as conseqüências desse deslocamento:

Parece haver um retorno à tradição sociológica do início do século. Ainda uma vez nos propõem ‘articular as representações coletivas’ não em torno aos comportamentos concretos e concretamente observados, mas aos esquemas interiorizados: simplesmente, ao invés de colocar estes últimos em relação com processos psicológicos, como propunha Durkheim, coloca-se em relação às ‘divisões do mundo social’ cujas matrizes não são, entretanto, estudadas. A relação entre esquemas e realidade não perde o costumeiro caráter autêntica e inevitavelmente normativo: as percepções geram estratégias e práticas que se impõem aos atores sociais. A realidade social, por isso, se representa como lugar de lacerações das quais não é relevante conhecer os processos gerativos.

Torre recriminava o abandono do estudo das realidades sociais concretas em detrimento das representações que tomavam o lugar central das análises do historiador francês (em suas análises, por exemplo, das práticas de leitura). Somado a isso, criticava igualmente algumas conclusões de Chartier, que inferiam uma relação entre as representações e o mundo social que considerava as primeiras como instituidoras do segundo¹⁰. As duas objeções eram inseparáveis, na medida em que o deslocamento dos

estudos da realidade social para a análise do universo simbólico construído sobre ela acabava por implicar a subordinação da análise às regras que regulam as próprias representações.

Não é possível, no âmbito deste trabalho, explorar com mais detalhe a resposta de Chartier (1996) a esta crítica, bem como seu empenho em superar as contradições presentes em um trabalho de investigação e reflexão sobre a história que está ainda em pleno curso. Mesmo com esta ressalva, acreditamos poder nos apropriar da crítica de Torre ao trabalho de Chartier como uma espécie de “revelador” para alguns dos dilemas concernentes ao uso do conceito de representação.

Assim, uma convicção que parece alimentar boa parte dos estudos de história hoje é a de que esta é, antes de tudo, uma disciplina interpretativa. Baseando-se em discussões e análises oriundas da antropologia cultural e da hermenêutica filosófica (CLIFFORD; MARCUS, 1986; AZZAN JR., 1993; LEVI, 1999; RICOEUR, 2000), considera-se que a história tem por objeto, necessariamente, um conjunto de códigos e símbolos que devem ser lidos e interpretados antes de tudo. Não por acaso, a metáfora do texto tornou-se central nas análises sobre a realidade social. Sem, obviamente, ter se tornado consensual no campo da história, a operação de “textualização” (RICOEUR, 1971, p. 529-562; LEVI, 1999), que transforma quaisquer atos humanos em um “conjunto potencialmente significante” (LEVI, 1999, p. 142), tornou-se corrente nas análises da história cultural hoje. Não se trata – e isso nos parece o mais importante – de um uso simplesmente metafórico das idéias de “leitura” e “texto”, mas de uma operação que acaba por afirmar como princípio a idéia de que a realidade social é constituída fundamentalmente por um conjunto interpretável de representações compartilhadas e que qualquer tentativa de construir um discurso verdadeiro sobre esta mesma realidade deve passar, necessariamente, pela consideração da sua própria textura intersubjetiva.

A importância que reveste o uso da noção de representação no trabalho mais recente de Ricoeur nos dá uma amostra clara do que estamos tentando formular. As reflexões do filósofo francês – articuladas a partir da hermenêutica e da fenomenologia – são algumas das que, com mais freqüência, se utiliza para pensar as questões da narrativa e as possibilidades

da história dentro do contexto de uma história interpretativa. Em *La mémoire, l'histoire et l'oubli* (A memória, a história e o esquecimento, RICOEUR, 2000), a noção de representação torna-se elemento central para o próprio entendimento global que ele propõe para a disciplina histórica. A representação estaria, assim, ligada ao mesmo tempo ao objeto da história (na medida em que as representações integram-se às práticas sociais como seu componente simbólico fundador) e – do mesmo modo – aos seus métodos, uma vez que, para Ricoeur, a história é antes de tudo a interpretação generalizada de representações.

Representação e interpretação tornam-se inseparáveis na própria definição de história em Ricoeur. A primeira articula-se como uma etapa presente nos três níveis da operação historiográfica – no nível documentário, na medida em que os documentos e a memória são representações coletivas do passado; no nível da explicação/compreensão, que tem na representação seu objeto privilegiado; e, enfim, no nível da exposição, uma vez que esta se trata de construir uma narrativa – e, portanto, uma representação – do passado (2000, p. 302 *et seq.*). O segundo termo – interpretação – toma uma importância ainda mais central na medida em que constitui, de uma ponta a outra da operação historiográfica, o sentido da própria empreitada da história em sua “intenção de verdade” (2000, p. 235, 303 *et seq.*, 437 *et seq.*).

Nossa atenção ao trabalho de Ricoeur não é gratuita. Um dos objetivos do seu livro é exatamente garantir um estatuto de veracidade ou verificação à história, em polêmica direta com as considerações céticas da crítica dita “pós-moderna”. Não é casual, entretanto, que o mesmo Ricoeur pretenda fundar este estatuto de veracidade da história, em última instância, na memória coletiva, amarrando enfim a história ao mesmo estatuto consensual e intersubjetivo que sustenta a memória e sobre o qual tratamos anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvida de que a história se vale da interpretação como instrumento. O historiador interpreta escritos, inscrições: como lembrou Ginzburg (1986), fragmentos, pistas, indícios. Entretanto, há uma diferença

significativa em se dizer, por um lado, que o historiador interpreta textos e indícios e, por outro, que ele interpreta a realidade social como um texto. Neste último sentido, a metáfora do texto e da leitura se amplia de tal modo que abarca todo o universo de objetos e métodos do historiador. Não há dúvida que a afirmação de que tudo na história passa pela representação poderia ser considerada, de imediato, um truísmo. Parece-nos, entretanto, que pela sua generalidade e aparente obviedade, a afirmação deixa passar a pergunta que de fato nos parece pertinente: se tudo passa pela representação, tudo não passa de representação?

Para que uma resposta efetivamente negativa a esta pergunta possa ser articulada seria preciso antes de tudo – parece-nos – refletir com mais atenção sobre algumas das consequências epistemológicas e mesmo políticas dos usos do conceito de representação e interpretação no âmbito das reflexões historiográficas sobre a “crise da história”. O objetivo deste trabalho não foi outro senão articular algumas indagações e dúvidas que, acreditamos, podem contribuir com essa reflexão.

No esforço de ligar alguns dos fios soltos do novelo que tentamos destrinçar nestas páginas, poderíamos tentar articular ainda uma última consideração sobre os dilemas enfrentados pela história hoje. Para isso, podemos utilizar algumas considerações “pós-modernas” a favor do exame que se propõe aqui sobre a história das representações.

Respondendo às críticas que afirmam que os limites da narrativa dependem dos limites encontrados pela interpretação, White apontava muito bem para uma operação intelectualmente contestável que tentava separar as duas coisas. Ora, o que mostra White é que a interpretação é sempre, de saída, uma sorte de enredo, de narrativa. Não há diferença substancial entre a “interpretação dos fatos” e a “história” contada sobre eles (WHITEa, 1992, p. 39). É claro que o crítico americano tira daí as mesmas conclusões céticas de sempre.

Parece-me, entretanto, que White está certo em um ponto: se o historiador apenas interpreta a realidade social entendida como texto, a partir de critérios e de quadros de análise que são estabelecidos a partir do universo simbólico e intersubjetivo, ele não faz nada além do que se manter dentro do universo narratológico e auto-referenciado. Se recusamos,

entretanto, os pressupostos comuns desse autor e aqueles muitas vezes não explicitados da “história interpretativa”, precisamos encontrar fora do universo da representação/interpretação os fundamentos do conhecimento histórico.

A idéia de que o historiador interpreta o mundo encerra a história na intersubjetividade, no consenso. Cai-se aí – como ocorre na hermenêutica – no recurso ao infinito, onde uma interpretação sempre é calcada em outra e assim indefinidamente. Esse é o universo da dúvida sem fim, onde a história – destituída da segurança sobre os seus próprios instrumentos críticos – torna-se incapaz de enfrentar de modo efetivo os revisionismos e as mistificações. Ora, “uma dúvida sem fim”, como lembrava Wittgenstein (1990, p. 177), “nem sequer é uma dúvida”.

NOTAS

- 1 Sobre essa ligação, Torre (1987, p. 90) afirma que “a presença ativa sobre a cena pública de jovens e mulheres, de minorias étnicas e de grupos marginais em larga parte não prevista e não previsível, sugeriu a setores da corporação dos historiadores de recorrer à antropologia – assim como à psicanálise – para obter categorias interpretativas que se voltassem a ilustrar a presença nas sociedades ocidentais do passado de grupos análogos àqueles que emergiram como protagonistas dos eventos contemporâneos”.
- 2 E muitas dessas perplexidades e críticas não eram de fato invenção recente. Como lembra Costa (1999, p. 90), algumas das “novas” críticas ao marxismo já haviam sido elaboradas com muita densidade por Jean-Paul Sartre, no final dos anos 50 e início da década seguinte.
- 3 Ainda que Barthes e Foucault sejam freqüentemente – e a despeito de suas próprias opiniões – considerados estruturalistas, não há dúvida que suas obras estão diretamente ligadas ao quadro amplo do debate pós-estruturalista e o influenciam diretamente. Para um panorama geral sobre os autores e posições “pós-modernas” (JENCKS, 1992). Para uma crítica ao pós-moderno no quadro acadêmico americano, ver Epstein, (1997).
- 4 Esta última asserção, em especial, é análoga à da crítica formulada pela antropologia dita “pós-moderna”: a pretensão do antropólogo ocidental de colocar-se objetivamente *no lugar do outro* (isto é, dos nativos da cultura outra por ele estudada) e *falar em seu nome* por meio da “descrição etnográfica” foi fortemente contestada por vários antropólogos ligados a esse debate a partir dos anos 80 (CLIFFORD; MARCUS, 1986).

- 5 De modo polêmico, Bricmont e Sokal (2001, p. 208) chamaram a atenção para a maneira como certas afirmações ditas “pós-modernistas” e “pós-estruturalistas” abusavam de uma construção ambígua, de modo a permitir aos seus autores (intencionalmente ou não) refugiar-se em uma posição menos radical diante de leituras que levassem ao extremo suas potencialidades céticas e as tornassem, no limite, evidentemente absurdas.
- 6 A despeito da importância de pensadores considerados “pós-modernos” ou “pós-estruturalistas” que são franceses (ou ao menos orbitam em torno do mundo intelectual francês) – como Gilles Deleuze, Jean-François Lyotard, Jacques Derrida, Julia Kristeva e outros – a discussão teórica em torno da história, na França, tem a presença decisiva de historiadores de ofício. No caso americano, por exemplo, os trabalhos “historiográficos” de Hayden White (para citarmos o exemplo mais conhecido) respondem muito mais à lógica e à instrumentação crítica da teoria literária do que a questões levantadas pela pesquisa histórica propriamente dita. Essa ausência, nas considerações de White, de familiaridade com as “operações da pesquisa histórica” alimentava, já em 1981, a forte crítica a ele dirigida por Momigliano (1984, p. 468).
- 7 A *Historikerstreit* alemã envolveu, entre outros, o historiador Ernst Nolte e o filósofo Jurgen Habermas. As peças centrais da controvérsia estão publicadas em: Ferry et al. (1988). Utilizo aqui os comentários de Paul Ricoeur sobre o livro (RICOEUR, 2000), bem como La Capra, 1992, p.108-127.
- 8 Esse é um argumento que está presente em toda a retórica de radicalismo político do pensamento pós-moderno. Os limites evidentes do raciocínio que liga o “radicalismo” epistemológico das teses pós-modernas ao seu suposto radicalismo político são explorados com cuidado, por exemplo, em Epstein, (1997) e em Bricmont e Sokal (2001).
- 9 É esta talvez seja, como nos lembra Hobsbawm (1998, p. 288), a responsabilidade pública fundamental do historiador. A tradição da pesquisa histórica em desmontar essas construções justificadoras pode ser remontada à obra de Lorenzo Valla, “A doação de Constantino a ele falsamente atribuída e mentirosa”, publicada em 1442, onde tratava-se precisamente de demonstrar como um documento que pretendia legitimar historicamente o poder temporal do papa (afirmando que o Imperador Constantino havia doado o Império Romano ao Papado), era na verdade uma falsificação fabricada séculos mais tarde. Como mostrou Ginzburg (2000) recentemente, em um prefácio à edição crítica francesa deste texto, a própria noção de crítica documental nascia como um apelo à verdade e uma recusa à falsificação histórica legitimadora.

- 10 Cardoso sublinha a ambigüidade com que Chartier utiliza o conceito de representação, ora como parte inseparável da realidade social, ora como *constituente* desta mesma realidade (caindo, neste caso, em uma espécie de reducionismo cultural que ele, justamente, denunciava) (CARDOSO; MALERBA, 2000, p. 20).

REFERÊNCIAS

- APPLEBY, J.; HUNT, L.; JACOB, M. *Telling the truth about history*. New York: W.W. Norton, 1995.
- AZZAN JUNIOR, C. *Antropologia e interpretação: explicação e compreensão nas antropologias de Levi-Strauss e Geertz*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- BARTHES, R. O discurso da história. In: *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BATALHA, C. H. de M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, M. C. de et al. *A historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 145-158.
- BIOSCA, V. S. Imágenes marcadas a fuego: representación y memoria de la Shoah. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 42, p. 283-302, 2001.
- BRICMONT, J.; SOKAL, A. *Imposturas intelectuais: o abuso da Ciência pelos filósofos pós-modernos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- BOUTIER, J.; JULIA, D. (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1998.
- CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.
- CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARLE, C. (Org.) *Histoire sociale: Histoire globale?* Paris: Maison des Sciences Humaines, 1993.
- CHARTIER, R. Rappresentazione della pratica, pratica della rappresentazione. *Quaderni Storici*, n. 92, a. XXXI(2), 1996.

- _____. "Le monde comme representation". In: *Au bord de la falaise. L'histoire entre certitudes et inquiétude*. Paris: Albin Michel, 1998, p. 67-86.
- _____. *Au bord de la falaise: l'histoire entre certitudes et inquiétude*. Paris: Albin Michel, 1998.
- CLIFFORD, J.; MARCUS, G. E.: *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1986.
- COSTA, E. V. da. Nuevos públicos, nuevas políticas, nuevas historias. Del reduccionismo económico al reduccionismo cultural: en busca de la dialéctica. *Entrepasados*. Revista da Historia. Buenos Aires, v. 8, n. 16, 1999, p. 83-96.
- DECCA, E. S. de. *Os tênues laços da história e da memória com o passado*. Trabalho apresentado ao 21º Simpósio Nacional de História, Niterói, 2001.
- DOSSE, F. *Le tournant interpretative et pragmatique de l'historiografie française*, Trabalho a presentado ao Simpósio da ANPUH, Recife, 1995.
- _____. *L'histoire*. Paris: Armand Colin, 2000.
- EPSTEIN, B. Postmodernism and the Left. *New Politics*, v. 6, n. 2 (novas séries), n. 22, 1997.
- FALCON, F. J. C. História e representação. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.
- _____. Apresentação. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1998.
- FERRY, L. et al. *Devant l'histoire*. Les documents de la controverse sur la singularité de l'extermination des Juifs par le régime nazi. Paris: Ed. Du Cerf., 1988.
- FICO, C. Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990. In: GUAZZELLI, C. A. B.; PETERSEN, S. R.F.; SCHMIDT, B. B.; XAVIER, R. C. (Org.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.
- FRIEDLANDER, S. (Ed.). *Probing the Limits of Representation: nazism and the 'Final Solution'*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

- GINZBURG, C. *Just One Witness*. In: FRIEDLANDER, S. (ed.). *Probing the Limits of Representation: nazism and the 'Final Solution'*. Cambridge: Harvard University Press, 1992, p. 37-53.
- _____. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 143-180.
- _____. *Unus Testis. O extermínio dos judeus e o princípio de realidade*. *Fronteiras*. Revista Catarinense de História. n. 7, 1999, p. 7-28.
- _____. *Rapporti di forza: storia, retorica, prova*. Milano: Feltrinelli, 2000.
- _____. "Lorenzo Valla sulla donazione di Costantino". In: *Rapporti di forza storia, retorica, prova*. Milano: Feltrinelli, 2000, p. 69-86.
- _____. *Representação: a palavra, a idéia, a coisa*. In: *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 85-103.
- HARTOG, F. A arte da narrativa histórica. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (Org.). *Passados recompostos. campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1998.
- HOBSBAWM, E. Não basta a história da identidade. In: *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. A volta da narrativa. In: *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 201-206.
- HUNT, L. (Ed.) *A nova história cultural*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JAMESON, F. *The cultural turn: selected writings on the Postmodern*, 1983-1998. London: Verso, 1998.
- JAY, M. Should intellectual history take a linguistic turn?: reflections on the Habermas-Gadamer Debate. In: LA CAPRA, D.; KAPLAN, S. (Ed.) *Modern European Intellectual History: reappraisals & new perspectives*. Ithaca: Cornell University Press, 1982. p. 86-110.
- JENCKS, C. (Ed.) *A post-modern reader*. London: Academy; New York: St. Martin's, 1992.

- LA CAPRA, D. Representing the Holocaust: reflections on the historians' debate. In: FRIEDLANDER, S. (Ed.). *Probing the Limits of Representation: nazism and the 'Final Solution'*. Cambridge: Harvard University Press, 1992. p.108-127.
- _____. *History and Memory after Auschwitz*, Cornell University Press, 1998.
- LA CAPRA, F. *Writing History, Writing Trauma*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- LANZMANN, C. *Shoah*, 1985. (documentário cinematográfico).
- LARA, S. H. Na perspectiva dos escravos. *Revista Teoria & Debate*, n. 45, jul/ago/set. 2000.
- LEPETIT, B. *Carnet de croquis: sur la connaissance historique*. Paris: Albin Michel, 1999.
- LES ANNALES: Tentons l'expérience. *Annales E.S.C.*, Paris, n. 16, p. 1317-1323, n. 6, nov./dec., 1988.
- LEVI, G. Os perigos do geertzismo. *História Social*, Campinas, n. 6, p. 137-146, 1999.
- MOMIGLIANO, A. La retorica della storia e la storia della retorica: sui tropi di Hayden White. In: _____. *Sui fondamenti della storia antica*. Torino: Einaudi, 1984.
- NEGRO, A. L. A limited number of ideas for an unlimited social history. ormskirk (UK): Conference "Making Social Movements: The British Marxist Historians and the Study of Social Movements", 2002 (<http://www.edgehill.ac.uk/research/smg/AjconfTimetable.htm>)
- NOIRIEL, G. *Sur la "crise" de l'histoire*. Paris: Belin, 1996.
- PROST, A. Como a história faz o historiador? *Anos 90*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História UFRGS, Porto Alegre, n. 14, p. 10-11, 2000.
- RICOEUR, P. The model of the text: meaningful action considered as a text. *Social Research*, n. 38, p. 529-562, 1971.

- _____. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.
- ROTHBERG, M. *Traumatic realism: the demands of holocaust representation*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.
- SHERMER, M.; GROBMAN, A. *Who says the holocaust never happened and why do they say it?*. Berkeley: University of California Press, 2002.
- SILVA, H. R. da. A história como 'representação do passado': a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Org.). *Representações. contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p. 81-99.
- TORRE, A. Antropologia sociale e ricerca storica. In: ROSSI, P. (Org.) *La storiografia contemporanea. Indirizzi e problemi*. Milano: Il Saggiatore, 1987.
- _____. Percorsi della pratica 1966-1995. *Quaderni Storici*, 90, a. XXX (3), dicembre 1995, p. 799-829.
- VIDAL-NACQUET, P. *Os assassinos da memória: 'Um Eichman de papel' e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papirus, 1988.
- _____. Storici e discontinuà. *Quaderni Storici*, 100, a. XXXIV(1), aprile 1999, p. 65-88.
- WHITE, H. Historical emplotment and the problem of truth, In: FRIEDLANDER, S. (Ed.). *Probing the limits of representation: nazism and the 'Final Solution'*. Cambridge: Harvard University Press, 1992a, p. 37-53.
- WHITE, H. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992b.
- _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.
- WITGENSTEIN, L. *Da certeza*. Lisboa: Edições 70, 1990.

INCONSCIENTE E CULTURA: UMA VISÃO COMPARATIVA ENTRE FREUD E LÉVI-STRAUSS

Mauro Vianna Barreto
Departamento de Antropologia/UFGA

Não há dúvida de que o ser humano é um animal dotado de alto nível de inteligência e raciocínio, o que o torna um ser cultural capaz de elaborar códigos simbólicos e construir sistemas sociais complexos que evoluem de múltiplas formas históricas. Constata-se também que os diversos povos do mundo desenvolveram distintas formas de adaptação cultural, originando os mais variados tipos de costumes, crenças e tradições. Mas nem tudo no homem é obra da cultura, sua dimensão corpórea é produto da biologia, ou seja, de uma herança genética multimilenar que imprime sua marca na natureza psicossomática humana. A admissão de ser um animal cultural não anula o fato de que no homem a própria cultura é uma derivação da natureza, pois depende de um órgão material anatômico: o cérebro. Donde se levanta a velha pergunta: que papel exerce o aparato biológico – inato, hereditário e natural – na elaboração da cultura?

Vemos que se por um lado são inegáveis as diferenças culturais entre os diversos povos do planeta, também saltam aos olhos as convergências e semelhanças: as sociedades humanas apresentam similaridades transculturais e traços comportamentais universais. Como se explicaria isso? Para a psicologia e a antropologia a resposta a essa questão estaria na estrutura mental humana, que, por ser igual em todos os homens, funcionaria também do mesmo modo em todos os indivíduos e, portanto, seria universal, o que implica dizer que a humanidade possui uma *unidade psíquica*. A partir desse postulado levanta-se não somente a questão da relação entre natureza e cultura, mas também, e mais relevantemente ainda, a questão entre cultura e um componente básico da estrutura psíquica da personalidade humana: o *inconsciente*. Neste caso então devemos considerar como dois grandes autores, um psiquiatra e um antropólogo, vêem o papel do inconsciente na organização da sociedade humana e na elaboração cultural.